

Projeto de Lei nº 89/2023

Altera dispositivo da Lei nº 5.856, de 14 de outubro de 2022, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 5º da Lei nº 5.856, de 14 de outubro de 2022, passa a vigorar acrescido dos parágrafos 1º e 2º com a seguinte redação:

...“Art. 5º. ...

(...)

§ 1º. Fica determinada a redução de tarifa de coleta, remoção e destinação dos resíduos sólidos em caso de superavit financeiro apurado entre as receitas e despesas da referida tarifa.

§ 2º. Quando houver superavit financeiro no balanço mensal da receita da tarifa de coleta, remoção e destinação dos resíduos sólidos, deverá ser depositado em fundo específico 30(trinta por cento) deste valor e o restante deverá ser devolvido ao contribuinte de forma proporcional ao valor pago no mês da apuração de 90 em 90 dias.”...

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna, 03 de Abril de 2023.

Gustavo Dornas Barbosa
Vereador

JUSTIFICATIVA

O projeto apresentado objetiva o Poder Executivo Municipal a conceder remissão parcial sobre o valor de lançamento da Tarifa de limpeza pública referente ao exercício de 2022 e aos futuros exercícios orçamentários. A proposta apresentada coaduna-se com a intenção de compatibilizar a necessidade de arrecadação do Município com a capacidade de pagamento dos contribuintes.

As Tarifas são tributos de arrecadação afetada, de modo que na definição do montante de sua cobrança faz-se imprescindível garantir sejam cobertos os custos despendidos com a atividade pública que lhe rendeu ensejo.

Nesse sentido, não se justificando na pretensão de ampliação da prestação, não se mostra adequada a tentativa de busca por uma arrecadação superavitária, senão suficiente a cobrir os custos da prestação. É de conhecimento notório, expressado pelo pedido de informação desse edil, que a previsão de arrecadação com a Tarifa de coleta de lixo no Município de Itaúna, projetada na lei orçamentária vigente, revela superavit o que permite a concessão da remissão em questão sem que a medida implique prejuízo à arrecadação do Município.

É importante lembrar que o próprio art. 5º da Lei nº 5.856, cita que se deve levar em conta os dispostos no Art. 35 da Lei nº 11.445 no seu parágrafo 3º:

...“Na hipótese de prestação sob regime de delegação, o titular do serviço deverá obrigatoriamente demonstrar a sustentabilidade econômico-financeira da prestação dos serviços ao longo dos estudos que subsidiaram a contratação desses serviços e deverá comprovar, no respectivo processo administrativo, a existência de recursos suficientes para o pagamento dos valores incorridos na delegação, por meio da demonstração de fluxo histórico e projeção futura de recursos. (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020).”...

Ademais o superavit dessa arrecadação não pode ser utilizado em outros setores que não seja na coleta de lixo e também não pode ter lucro portanto se faz jus essa remissão parcial da Tarifa. Em sendo uma medida de justiça fiscal, a aprovação do projeto apresentado é que melhor se amolda aos anseios da comunidade.

Diante do exposto venho pedir a aprovação dos pares dessa casa de leis para a aprovação desse Projeto de Lei.

Itaúna, 03 de Abril de 2023.

Gustavo Dornas Barbosa

Vereador